



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

CONTRATO Nº 105/2025, QUE CELEBRAM ENTRE SI A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E A M M DA CONCEIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 056/2025, DISPENSA nº 019/2025, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA:

Por este instrumento, a **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, pessoa jurídica de direito público, entidade da Administração Pública Estadual, sediada na Rua Marques do Amorim, nº 127, Boa Vista, Recife, Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, este ato, representada pelo Defensor Público-Geral, o senhor **Dr. HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.053.664-**, e pelo 1º Subdefensor Público-Geral Institucional e Administrativo, **Dr. GABRIEL GONÇALVES LEITE**, Defensor Público, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.436.164-**, designados, respectivamente, pelas portarias nº 3387 do Governo do Estado de Pernambuco e da nº 095/2025, da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, ambos domiciliados nesta Capital, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, do outro lado, a **M M DA CONCEIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.452.987/0001-62, com sede na Rua Oitenta e Cinco, 75, Bloco 11, Apartamento 105 Maranguape I, Paulista - PE, 53441-310, neste ato, representada pelo seu procurador, **MARLUCE MARIA DA CONCEIÇÃO**, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.799.974-**, domiciliado no Recife, doravante designada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, proveniente do **Processo Licitatório nº 056/2025 e Dispensa nº 019/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA.

1.1. Justifica-se a presente Contratação os Despachos nº 1327/2025 (Processo SEI nº 2500000033.005496/2025-08), da Coordenadoria de Planejamento e Gestão, para suprir as demandas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no que tange a aquisição de 16 (dezesseis) coletes destinados ao uso pelos brigadistas de incêndio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL.

2.1. Este contrato é celebrado com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e decorre do Processo Licitatório nº 056/2025).

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Constitui objeto do presente Contrato a **aquisição de 16 (dezesseis) coletes destinados ao uso pelos brigadistas de incêndio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE**, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO BEM

4.1. Todas as especificações encontram-se neste instrumento contratual, bem como no Processo Licitatório e Proposta.

4.2. O item contratado é o seguinte:

ITENS	CÓD. E-FISCO	OBJETO	DESCRIÇÃO TÉCNICA	UNID. MEDIDA	QTD.	VALOR UNIT.	TOTAL
01	611260-9	Colete	Colete em brim, na cor laranja com 04 bolsos, zíper frontal, logomarca do órgão no peito e costas. Tamanho diversos.	UND	16	292,96	4.687,36

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA DO BEM.

5.1. Os bens adquiridos deverão ser entregues no local indicado pela Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, no prazo máximo de 80 dias corridos, contados a partir da data da assinatura do contrato.

5.2. Todas as despesas de transporte, frete, carga, descarga, seguro, e quaisquer outros encargos necessários à entrega do bem no local e prazo estabelecidos, correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA.

6.1. Para garantir a conclusão de todas as etapas da aquisição, incluindo a entrega e o recebimento definitivo do bem, além do processamento do pagamento, o presente contrato terá vigência a partir **de 15 de outubro de 2025, com término em 31 de dezembro de 2025.**

6.2. Este contrato poderá ser prorrogado, se houver interesse da Administração, pelo prazo necessário para a completa execução do objeto, desde que seja justificada, nos limites estabelecidos pelo artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, e esteja condicionada à existência de dotação orçamentária.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR CONTRATUAL.

7.1. O valor global do presente contrato é de **RS 4.687,36 (quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos).**

8. CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E EMPENHO DAS DESPESAS.

8.1. O crédito pelo qual correrá as despesas da execução deste contrato está previsto no orçamento vigente de 2025, conforme segue:

Dotação Orçamentária: 00127 14.122.0939.4355.0000 0500000000 3.3.90.30.

Número e Data do Empenho: 2025NE000724, de 08 de outubro de 2025.

9. CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO ITEM.

9.1. As Notas Fiscais/Faturas a serem emitidas pelos fornecedores, além de discriminarem os produtos, devem, também, conter obrigatoriamente a assinatura e o carimbo do representante da Unidade pertinente, como comprovante de recebimento do bem adquirido.

9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação fiscal pertinente, a aprovação do(a) Fiscal do Contrato, que atestará o recebimento do objeto, e a comprovação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA.

9.3. Comprovante de recebimento expedido por servidor indicado CONTRATANTE, no qual seja atestado que o bem entregue atende às condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir fielmente o presente Contrato, de forma que os produtos adquiridos sejam entregues em perfeito estado, e nas exatas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas no todo ou em parte, os bens em que se encontrarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação e/ou instalação, mesmo após ter sido recebido definitivamente o objeto do contrato.

10.3. A CONTRATADA obriga-se a manter as condições iniciais de habilitação durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão.

10.4. É vedado à CONTRATADA ceder ou transferir, total ou parcialmente, os direitos e deveres do presente Contrato, sem o consentimento expresso e por escrito da CONTRATANTE.

10.5. A CONTRATADA deverá nomear e manter preposto para representá-la perante a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e assisti-la em todas as questões relativas à execução do contrato.

10.6. A CONTRATADA deverá indicar telefones para contato, para casos excepcionais que porventura venham ocorrer.

10.7. A CONTRATADA deverá manter assessoria permanente por telefone e ou e-mail, para orientação em todos os seus itens.

10.8. Cumprir rigorosamente as cláusulas e condições ora estabelecidas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

11.1. Fornecer todas as informações necessárias, documentos, dirimir dúvidas e orientar a CONTRATADA em todos os casos omissos, quando indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto.

11.2. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades na execução contratual.

11.4. Promover o pagamento dentro do prazo estipulado neste Contrato.

11.5. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.

11.6 Indicar o servidor que irá acompanhar a execução do contrato e comunicar-se oficialmente com a CONTRATADA.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A fiscalização do contrato será exercida por Fiscal de Contratos designado pela CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da vigência do contrato e tudo dará ciência à CONTRATADA.

12.2. A fiscalização de que trata o subitem acima não exclui nem reduz a responsabilidade do licitante vencedor pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS ADITIVOS.

13.1. Qualquer aditivo ao contrato proveniente da presente contratação deverá observar a legislação concernente à matéria, devendo haver a devida justificação para tanto.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA.

14.1. O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, em hipótese alguma.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES.

15.1 – Caso a CONTRATADA pratique qualquer infração administrativa referida no item 19 do Edital Licitatório, ou se recuse a executar o fornecimento do objeto contratual, nas exatas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, motivará a rescisão contratual e aplicação das seguintes penalidades (artigos 155 e 156, da Lei 14.133/2021), sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.1.1. Multa;

15.1.2. Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, pelo prazo de até 03 (três) anos;

15.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

15.2. As sanções previstas nos itens 15.1.2 e 15.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.3. A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras:

15.3.1. Multa de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado para o item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista no item 19.1.1 do Edital Licitatório;

15.3.2. Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do item/lote do qual participou, a ser aplicada a quem cometer a infração prevista nos itens 19.1.2. e 19.1.3., do Edital Licitatório;

15.4. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado de Pernambuco, nos termos estabelecidos no item 19.5 do Edital Licitatório.

15.5. Além da multa, aplicada conforme os itens precedentes, será aplicável a penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativo, nos termos estabelecidos no item 19.6 do Edital Licitatório;

15.6. Na fixação das penalidades, dentro das faixas de multa e demais condições estabelecidas no Edital Licitatório, deverão ser observadas:

15.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.6.3. Circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração;

15.6.4. Os danos para a Administração Pública resultantes da infração;

15.6.5. A vantagem auferida em virtude da infração;

15.6.6. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

15.7. Em caso de reincidência na prática de infração sancionada com a mesma penalidade objeto de condenação definitiva anterior, ocorrida no prazo igual ou inferior a 12 (dozes) meses, contados da data de publicação da decisão definitiva da condenação anterior, as faixas de multa e os prazos previstos neste Edital poderão ser majorados em até 50% (cinquenta por cento), observados os limites máximos previstos em lei.

15.8. As penalidades deverão ser registradas no sistema e-fisco, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da decisão definitiva de aplicação da sanção.

15.9. Havendo indícios de cometimento das condutas previstas na Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), a documentação pertinente será encaminhada às autoridades competentes para apuração da conduta típica em questão.

15.10. Caberá defesa no prazo legal e vistas do processo.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO DO CONTRATO.

16.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito pelos motivos previstos no Art. 155 da Lei 14.133/21.

16.2. No caso de rescisão determinada por ato unilateral da contratante, ficam asseguradas à mesma, sem prejuízo das sanções cabíveis:

a) a execução dos valores das multas e indenizações devidos à contratante; e

b) a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à contratante.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO OU AO TERMO QUE A DISPENSOU OU INEXIGIBIU.

17.1. Integram o presente instrumento, como se transcritos estivessem, o seguinte:

a) Especificações Gerais do objeto presentes no proveniente do Processo Licitatório supracitado; e

b) Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA no Processo supracitado.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS.

18.1. O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório, Lei 14.133/2021, e, nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E LGPD

19.1.A Contratada, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, acionistas e terceiros que atuam em seu nome ou estão envolvidos no dia-a-dia de suas operações, declara neste ato que tem conhecimento dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, bem como garante estar em curso e empreendendo seus melhores esforços para adequar em todos os procedimentos que possui às novas regras determinadas pela Legislação Brasileira, assegurando a observância de rigorosos métodos para preservação e proteção dos dados de seus prepostos e terceiros à ela, direta ou indiretamente relacionados, incluindo, mas não se limitando à obtenção da autorização para retenção de tais dados e informações. Não obstante, garante ainda estar prontamente preparada para apresentar à Contratante, todos os esclarecimentos que se fizerem necessários, demonstrando a preservação dos dados pessoais e sensíveis de cidadãos brasileiros, sobretudo daqueles cujos dados foram fornecidos para viabilidade da execução do presente contrato. A violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à Parte inocente.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA

19.1. Fica eleito o foro da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, para dirimir quaisquer dúvidas porventura surgidas em decorrência deste termo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem assim, justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Recife, (data da última assinatura eletrônica).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS

DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

GABRIEL GONÇALVES LEITE

1º SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL INSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CONTRATANTE

ALEXANDRE ALBUQUERQUE GUIMARÃES

EMITENTE/TESTEMUNHA

MARLUCE MARIA DA CONCEIÇÃO

CONTRATADA

M M DA CONCEIÇÃO COMERCIO E SERVIÇOS

REPRESENTANTE LEGAL



Documento assinado eletronicamente por **MARLUCE MARIA DA CONCEIÇÃO**, em 15/10/2025, às 21:05, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Albuquerque Guimarães**, em 16/10/2025, às 07:50, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Goncalves Leite**, em 16/10/2025, às 10:03, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Costa da Veiga Seixas**, em 23/10/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **74787724** e o código CRC **1FE48B8F**.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

Av. Manoel Borba, 640, - Bairro Boa Vista, Recife/PE - CEP 50070-000, Telefone:

UNIDADE GESTORA EMITENTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO				CNPJ: 02.899.512/0001-67	CÓDIGO UG: 130301	GESTÃO: 00001
CREADOR: M M DA CONCEICAO COMERCIO E SERVICOS				CNPJ: 41.452.987/0001-62		
ENDEREÇO DO CREDOR: R OITENTA E CINCO N. 75			CIDADE: PAULISTA	U.F.: PE	CEP: 53441310	
CÓDIGO U.O.: 00127	PROGRAMA DE TRABALHO: 14.122.0939.4355.0000	NAT. DA DESPESA: 3.3.90.30	IND. TEMPORAL FONTE: 1	FONTE: 0500000000	IMPORTÂNCIA: 4.687,36	
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO: QUATRO MIL E SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS						
FICHA FINANCEIRA: 2025.130301.00001.0500000000.33000000.9 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Outras Despesas Correntes						
MODALIDADE DE EMPENHO: 2 - ESTIMATIVO		TIPO DE DESPESA: 1 - NORMAL		Nº DA N.E. DE REFERÊNCIA:		
LICITAÇÃO: 1303012025000070		MODALIDADE DA LICITAÇÃO: 8 - DISPENSA			NÚMERO DO PROTOCOLO:	
CONTRATO: 00105/2025-DPPE-130301				CEO: 130301.2025.CEO.000139		
REFERÊNCIA LEGAL LEI 14.133/2021, ART. 75, II - DISPENSA PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS ATÉ 50 MIL						
CONVÊNIO:						

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
JANEIRO:		FEVEREIRO:		MARÇO:		ABRIL:	
	0,00		0,00		0,00		0,00
MAIO:		JUNHO:		JULHO:		AGOSTO:	
	0,00		0,00		0,00		0,00
SETEMBRO:		OUTUBRO:		NOVEMBRO:		DEZEMBRO:	
	0,00		4.687,36		0,00		0,00

ITENS DO EMPENHO							
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ITEM DE GASTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	611260-9	3.3.90.30.28	COLETE - EM BRIM, NA COR LARANJA, COM 04 BOLSOS, ZIPER FRONTAL E LOGOMARCA DO ORGAO NO PEITO E NAS COSTAS, TAMANHOS DIVERSOS- Marca:...	16,00	UNIDADE	292,9600	4.687,36

OBSERVAÇÃO
Empenho ref a aquisição de coletes para brigadistas de emergência desta DPPE, no período de 08/10/2025 à 31/12/2025, cfe. CT nº 105/2025, CI 410 - CONTRATOS, Desp nº 1327.

LOCALIDADE DE ENTREGA: RUA MARQUES DE AMORIM, 127. RECIFE - PE	TOTAL	4.687,36
--	--------------	----------

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: RAPHAEL RODRIGUES DE LUCENA ARAUJO



Documento assinado digitalmente por: JOAQUIM FERNANDES PEREIRA DA SILVA

conforme Decreto Estadual nº 46.837, de 5 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento e as informações da assinatura podem ser conferidas no site:

https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gfu/PRConsultarDocumentoDigital?Doc=2025NE00072413030100001

PORTARIA Nº 1176/2025

Deferir o gozo de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **ELIANE FERREIRA SILVA DOS SANTOS**, matrícula nº 137.243-2, de 30 (trinta) dias, a partir de 17.11.2025. (Processo – SEI 2500000048.001854/2025-36)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1177/2025

Deferir o gozo de férias ao Excelentíssimo Defensor Público **DANIEL CASTILHO PISCANÇO**, matrícula nº 297.740-0, de 10 (dez) dias, a partir de 05.11.2025, referentes ao exercício 2025. (Processo – SEI 2500000069.001904/2025-37)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1178/2025

Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de licença prêmio, referentes ao 1º de decênio, de serviço Público Estadual, a partir de 02.02.2023, à Excelentíssima Defensora Pública **LUCIANA FREIRE LOSSE**, matrícula nº 298.683-3, para serem gozados em momento oportuno. (Processo – SEI 2500000074.001060/2025-55)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1179/2025

Deferir o abono de falta à Excelentíssima Defensora Pública **BRUNA EITELWEIN LEITE**, matrícula nº 298.541-1, no dia 23.10.2025, por motivo de atestado médico. (Processo – SEI 2500000068.001907/2025-71)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1180/2025

Conceder 180 (cento e oitenta) dias, de licença prêmio, referentes ao 1º de decênio, de serviço Público Estadual, a partir de 28.09.2025, ao Excelentíssimo Defensor Público **KAZIM AKARUJO DE AKKUDU**, matrícula nº 297.867-6, para serem gozados em momento oportuno. (Processo – SEI 2500000045.003636/2025-66)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1181/2025

Publicar a concessão de 15 (quinze) dias de Licença para Tratamento de Saúde, com fundamento no art. 115 da Lei Estadual 6.123 de 20/07/1968, a partir de 07.09.2025, à Excelentíssima Defensora Pública **GINA RIBEIRO GONÇALVES MUNIZ**, matrícula nº 256.044-5, conforme Laudo Médico Pericial, do Serviço de Perícias Médicas e Segurança do Trabalho do Estado de Pernambuco e Laudo Médico nº 259332. (Processo – SEI 2500000051.002375/2025-88)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1182/2025

Deferir o abono de falta à Excelentíssima Defensora Pública **RAIZA FERREIRAS ARAGÃO**, matrícula nº 299.336-0, nos dias 09 e 10.10.2025, por motivo de atestado médico. (Processo – SEI 2500000117.001412/2025-29)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1183/2025

Deferir o gozo de férias à Excelentíssima Defensora Pública **BÁRBARA LOPES NUNES**, matrícula nº 297.283-2, de 10 (dez) dias, a partir de 07.01.2026, referentes ao exercício 2021. (Processo – SEI 2500000053.004679/2025-60)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1184/2025

Deferir o gozo de férias à Excelentíssima Defensora Pública **GINA RIBEIRO GONÇALVES MUNIZ**, matrícula nº 256.044-5, de 10 (dez) dias, a partir de 23.03.2026, referentes ao exercício 2024. (Processo – SEI 2500000051.002741/2025-07)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PORTARIA Nº 1185/2025

Deferir o gozo de férias à Excelentíssima Defensora Pública **GINA RIBEIRO GONÇALVES MUNIZ**, matrícula nº 256.044-5, de 10 (dez) dias, a partir de 19.01.2026, referentes ao exercício 2022. (Processo – SEI 2500000051.002741/2025-54)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

ERRATA: Portaria nº 1136/2025, publicada no D.O. de 25.10.2025, referente ao Excelentíssimo Defensor Público **GABRIEL GONÇALVES LEITE**, matrícula nº 297.304-9, onde se lê: 10 dias a partir de 28.10.2025, **leia-se:** 20 dias a partir de 28.10.2025.

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

ERRATA: Portaria nº 517/2025, publicada no D.O. de 31.05.2025, referente ao Excelentíssimo Defensor Público **PAULINO FERNANDES DE LIMA**, matrícula nº 297.296-4, onde se lê: 4.251 dias, **leia-se:** 3.397 dias.

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

Licitações, Contratos, Convênios e Compras**EXTRATO DE CONTRATOS**

Contrato nº 102/2025 – Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico Nº 016/2025, com a MOVEPLAST INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 30.231.212/0001-40, que tem como objeto a aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 21 de outubro de 2025 até 20 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.1921.0000.05011303014.4.90.52.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000748, de 8 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 103/2025 – Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico Nº 016/2025, com a FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ/MF sob o nº 04.869.711/0001-58, que tem como objeto a aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 21 de outubro de 2025 até 20 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.1921.0000.05011303014.4.90.52.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000747, de 8 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 104/2025 – Ata de Registro de Preços nº 007/2025, Processo Licitatório nº 042/2025, Pregão Eletrônico Nº 016/2025, com a RYDA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF sob o nº 41.830.614/0001-88, que tem como objeto a aquisição de mobiliário, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 21 de outubro de 2025 até 20 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.1921.0000.05011303014.4.90.52.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000748, de 8 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 105/2025 – Processo Licitatório nº 056/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2025, com a M M DA CONCEIÇÃO COMÉRCIO E SERVIÇOS, CNPJ/MF sob o nº 41.452.987/0001-62, que tem como objeto a aquisição de 16 (dezesesseis) coletores destinados ao uso pelos brigadistas de incêndio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 16 de outubro de 2025 até 31 de dezembro de 2025.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000724, de 8 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 107/2025 – Processo Licitatório nº 050/2025, Pregão Eletrônico nº 020/2025, com a GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS S.A, CNPJ/MF sob o nº 77.941.490/0195-06, que tem como objeto a aquisição de geladeiras e frigobaras.

Vigência: 16 de outubro de 2025 até 15 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.1921.0000.0759240000.4.4.90.52.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000750, de 16 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 111/2025 – Processo Licitatório nº 053/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025, com a D V DE OLIVEIRA FRAGOSO, CNPJ/MF sob o nº 61.566.456/0001-08, que tem como objeto a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 21 de outubro de 2025 até 20 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.4355.0500.0500000000.3.3.90.30.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000757, de 21 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Contrato nº 112/2025 – Processo Licitatório nº 053/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025, com a MIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, CNPJ/MF sob o nº 34.351.431/0001-14, que tem como objeto a aquisição de material de expediente, para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

Vigência: 21 de outubro de 2025 até 20 de outubro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000756, de 21 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 077/2025 – Processo Licitatório nº 040/2025, Dispensa nº 014/2025, com a PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ/MF sob o nº 61.198.164/0001-60, que tem como objeto o acréscimo de Valor a Endossar na apólice vigente, visando à inclusão dos veículos Tralblazer e HR-V (2 unidades).

Vigência: 23 de junho de 2025 até 22 de junho de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.39.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000743, de 17 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 129/2024 – Processo Licitatório nº 055/2024, Pregão Eletrônico nº 017/2024, com a VALDOMIR HENRIQUE PAES BARRETO ME, CNPJ/MF sob o nº 02.782.453/0001-42, que tem como objeto especificar que o fornecimento dos fens contratados será sob demanda e restringir a cadeados, bem como promover a prorrogação do prazo de vigência.

Vigência: 10 de dezembro de 2025 até 9 de dezembro de 2026.
Dotação Orçamentária: 00127.14.422.0939.4355.0000.0500000000.3.3.90.30.
Nº e Data de Empenho: 2025NE000725, de 9 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.

EXTRATO DE COOPERAÇÕES TÉCNICAS, CONVÊNIOS E AFINS

Acordo de Cooperação Técnica Nº 010/2025, firmado entre a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, e a ASSOCIAÇÃO RECIFENSE DE EDUCAÇÃO E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE DE CIÊNCIA HUMANA ESUDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.473.817/0001-30, que tem por objeto estabelecer vínculo entre a Defensoria do Estado de Pernambuco e a Faculdade de Ciência Humana ESUDA, credenciada pelo Ministério da Educação, com o fim de proporcionar aos alunos regularmente matriculados, a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio Curricular Obrigatório, de Graduação e os de Pós-Graduação, bem como de Estágio Curricular Não Obrigatório, tanto os alunos de graduação quanto os de Pós Graduação.

Vigência: 23 de outubro de 2025 até 22 de outubro de 2030.
Dotação Orçamentária: A contratação não envolve orçamento.
Local e Data de Assinatura: Recife, 10 de setembro de 2025.

Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 036/2023 (nº 42617301/2023), firmado entre a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco (DPPE), inscrita no CNPJ sob o nº 02.899.512/0001-67, e a Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.960.040/0001-00, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.358.773/0001-44, com a finalidade de incluir o Núcleo de Caruaru/PE, sito à Av. Cleto Campelo, nº 29-A, Nossa Senhora das Dores, Caruaru, Pernambuco, CEP: 55.002-410, bem como o acréscimo de 02 (dois) bombeiros militares, (20) vinte dias a cada mês, com seus efeitos iniciando em 1º de novembro de 2025.

Vigência: 24 de outubro de 2025 até 28 de novembro de 2028.
Dotação Orçamentária: 14.122.0939.4350.1908.0500000000.3.1.91.96
Nº e Data de Empenho: 2025NE000763, de 23 de outubro de 2025.
Local e Data de Assinatura: Recife, 23 de outubro de 2025.
(SEI 2500000021.004228/2025-44)

Recife, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

ATO DE AUTORIZAÇÃO

Pelo presente termo, autorizo o Processo nº. 52/2025, Inexigibilidade nº. 14/2025, com base no artigo 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, referente à Aquisição do imóvel situado à Rua Padre Luiz Gonzaga Campos Góis, nº 579, Bairro Manoel Valadares, Afogados da Ingazeira/PE, CEP 56900-000, destinado ao funcionamento do Núcleo da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, por não ter vislumbrado nenhum erro no presente processo, a pessoa física **CLECKSON SILVA DE SAUZA**, CNP nº 142.857.434-53, no valor de R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais). (SEI 2500000016.003254/2025-80)

Recife, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2025****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco torna público a quem interessar que promoverá certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa especializada para o fornecimento e prestação de serviços de confecção, manutenção e reposição de carmos, chaves, fechaduras e cadeados, destinados a atender às necessidades operacionais e administrativas da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco – DPPE, através do Portal de Compras Eletrônicas, no endereço www.redemprasas.com.br, no valor global estimado R\$ 85.514,37 (oitenta e cinco mil, quinhentos e quarente reais e trinta e sete centavos), a ser realizado às 10:00hrs (horário de Brasília), do dia 14.11.2025. Elen Daniele Nascimento – Pregoeira. Henrique Costa da Veiga Seixas – Defensor Público-Geral do Estado. (SEI 2500000021.002663/2025-90)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 62/2025**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2025****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco torna público a quem interessar que promoverá certame licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa para fornecimento e instalação de porta de vidro, atendendo as necessidades de núcleo de Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, localizado na cidade de Caruaru/PE, através do Portal de Compras Eletrônicas, no endereço www.redemprasas.com.br, no valor global estimado R\$ 2.896,66 (dois mil, seiscientos e noventa e seis reais e sessenta e seis centavos), a ser realizado às 10:00hrs (horário de Brasília), do dia 13.11.2025. Elen Daniele Nascimento – Pregoeira. Henrique Costa da Veiga Seixas – Defensor Público-Geral do Estado. (SEI 2500000031.003911/2025-09)

Defensoria Pública-Geral, em 01 de novembro de 2025
HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS
Defensor Público-Geral

Dados Gerais Parte do IJ Documentos Itens do IJ Termos Alerta(0)

Estágio: Em execução

Processo de Contratação - 58 / 2025 - Dispensa de Licitação - Presencial 20 / 2025

Dados do Contrato com PC / ARP

ID do IJ	Unidade Jurisdicionada	Unidade/Subunidade: *	Número / Ano do Instrumento Jurídico: *	Arquivo
60272421	Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - 999115 - Ativ	Defensoria Pública do Estado de Pernambuco	105 / 2025	Instrumento Juridico105 / 2025
Natureza: *	Classificação: *			
Compras				
Data da Assinatura: *	Data de Início da Vigência: *	Data de Fim da Vigência: *	<input type="checkbox"/> Prazo Indeterminado	
23/10/2025	15/10/2025	31/12/2025		
URL Transparência: ②	Valor Global: *	<input type="checkbox"/> Receita ②		<input type="checkbox"/> Percentual Estimado ②
https://transparencia.defensoria.pe.def.br/home/	4.687,3600			
Objeto do Instrumento Jurídico: *				
A aquisição de 16 (dezesesseis) coletes destinados ao uso pelos brigadistas de incêndio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco - DPPE				

Fiscais do IJ

CPF do Fiscal / Responsável: *	Nome do Fiscal / Responsável:	Adicionar Fiscal do IJ
[Redacted]	PAULA KARINE ARAUJO BARBOSA CABRAL	Excluir Fiscal do IJ